

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	35
CAPÍTULO 1 – CONSTITUCIONALISMO	37
1.1 Conceito	37
1.2 Breves apontamentos históricos	38
1.3 Constitucionalismo antigo	39
1.4 Constitucionalismo no Brasil.....	41
1.4.1 Fases do constitucionalismo.....	44
1.4.2 A Constituição de 1988.....	45
1.5 Constitucionalismo segundo Uadi Lammêgo Bulos.....	46
1.6 Constitucionalismo segundo José Gomes Canotilho.....	46
1.7 Constitucionalismo segundo Norberto Bobbio.....	47
1.8 Outras modalidades de constitucionalismo.....	48
1.8.1 Constitucionalismo contemporâneo (Idade Contemporânea) “atenado” com a ideia de “constitucionalismo globalizado”	48
1.8.2 Constitucionalismo do futuro ou do porvir	49
1.8.3 Constitucionalismo popular (Tushnet) – “Judicial review” – Teorias do diálogo constitucional (Bateup) e os papéis das supremas cortes e dos tribunais constitucionais nas democracias contemporâneas (Min. Barroso)	49
1.8.4 Constitucionalismo democrático	53
1.8.5 Constitucionalismo abusivo.....	54
1.8.6 Constitucionalismo contemporâneo – Neoconstitucionalismo	54
1.8.6.1 Conseqüências do neoconstitucionalismo	56
1.9 Constitucionalismo transnacional	59
CAPÍTULO 2 – TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO	63
2.1 Direito constitucional e a constituição.....	63
2.2 Elementos integrantes do Estado.....	65
2.2.1 Estado	65
2.2.2 Soberania.....	65
2.2.3 Povo e população.....	65
2.2.4 Sociedade	66

2.2.5	Território nacional	66
2.2.6	Nação	66
2.2.7	Poder do Estado.....	66
2.3	Conceito de Constituição	67
2.3.1	Objeto da Constituição	68
2.4	Concepções.....	68
2.4.1	Concepção sociológica	68
2.4.2	Concepção política.....	69
2.4.3	Concepção jurídica	69
2.4.4	Concepção culturalista	70
2.4.5	Constitucionalização simbólica (Marcelo Neves)	70
2.4.6	Concepção suave ou dúctil.....	70
2.4.7	Concepção jusnaturalista	70
2.4.8	Concepção biomédica.....	71
2.4.9	Concepção compromissória	71
2.4.10	Concepção empresarial	71
2.5	Classificações das constituições.....	71
2.5.1	Quanto à origem.....	71
2.5.2	Quanto à mutabilidade, estabilidade ou rigidez.....	72
2.5.3	Quanto à função ou finalidade.....	73
2.5.4	Quanto à ideologia	74
2.5.5	Quanto ao modo de elaboração	74
2.5.6	Quanto à forma.....	75
2.5.7	Quanto ao conteúdo.....	76
2.5.8	Quanto à concordância das normas constitucionais com a realidade, ou critério da ontologia.....	77
2.5.9	Quanto ao período de duração	77
2.6	A classificação de Raul Machado Horta.....	78
2.6.1	A classificação de Marcelo Neves.....	78
2.6.2	Classificação da Constituição Federal de 1988.....	78
2.7	Princípios fundamentais	79
2.7.1	Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	79
2.7.2	Poderes da União.....	84
2.7.3	Objetivos da República Federativa do Brasil	85
2.7.4	Princípio das relações internacionais.....	87
2.8	Elementos das constituições	90
2.8.1	Preâmbulo constitucional e seu valor normativo.....	91
2.8.1.1	Inclusão do nome de Deus.....	93

2.8.2	Parte permanente ou parte dogmática	93
2.8.3	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	94
CAPÍTULO 3 – INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL		95
3.1	Conceito	95
3.2	Hermenêutica	95
3.2.1	Quanto à natureza	96
3.2.2	Quanto à origem	97
3.2.3	Quanto ao resultado ou efeitos	98
3.3	Princípios interpretativos	99
3.3.1	Princípio da supremacia da Constituição ou da constitucionalidade	100
3.3.2	Princípio da interpretação conforme a Constituição	100
3.3.3	Princípio da unidade da Constituição	102
3.3.4	Princípio do efeito integrador	102
3.3.5	Princípio da máxima efetividade	103
3.3.6	Princípio da concordância prática ou da harmonização	103
3.3.7	Princípio da relatividade ou convivência das liberdades públicas	103
3.3.8	Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	104
3.4	Métodos de interpretação	105
3.4.1	Método jurídico	106
3.4.2	Método tópico-problemático	107
3.4.3	Método hermenêutico ou concretizador	108
3.4.4	Método científico-espiritual	108
3.4.5	Método normativo-estruturante	109
3.4.6	Método da comparação constitucional	109
CAPÍTULO 4 – PODER CONSTITUINTE		111
4.1	Conceito	111
4.2	Titularidade	111
4.3	Natureza jurídica	113
4.3.1	Poder de fato	113
4.3.2	Poder de direito	113
4.3.3	Poder político	113
4.4	Classificação	114
4.5	Poder constituinte originário	115
4.5.1	Características do poder constituinte originário	116
4.5.2	Limitações ao poder constituinte originário segundo a doutrina jusnaturalista	117

4.5.3	Espécies de poder constituinte originário segundo os critérios material e formal	117
4.6	Poder constituinte derivado (instituído, de 2º grau, remanescente).....	118
4.6.1	Poder constituinte derivado revisor	118
4.6.2	Poder constituinte derivado decorrente	119
4.6.3	Poder constituinte derivado reformador	121
4.6.3.1	Limites ao poder de reforma	122
4.6.4	Poder constituinte difuso ou mutação constitucional.....	126
4.6.5	Poder constituinte supranacional.....	127
4.7	Direito constitucional intertemporal	128
4.7.1	Recepção	128
4.7.2	Repristinação	130
4.7.3	Teoria da desconstitucionalização.....	130
4.7.4	Recepção material de normas constitucionais	131
4.7.5	Revogação	132
CAPÍTULO 5 – APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS		135
5.1	Vigência, validade e eficácia.....	135
5.2	Classificação	136
5.2.1	Classificação de Ruy Barbosa	137
5.2.2	Classificação de Maria Helena Diniz.....	137
5.2.3	Classificação de José Afonso da Silva	138
5.2.3.1	Normas constitucionais de eficácia plena	138
5.2.3.2	Normas constitucionais de eficácia limitada	139
5.2.3.3	Normas constitucionais de eficácia contida	141
5.3	Árvore jurídica	143
CAPÍTULO 6 – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS		145
6.1	Direitos fundamentais na Constituição de 1988	145
6.2	Terminologia	147
6.2.1	Diferença entre direitos fundamentais e direitos humanos (plano da positivação).....	149
6.3	Deveres constitucionais	150
6.4	Conceito de direitos fundamentais.....	154
6.5	Natureza jurídica	154
6.6	Fundamentação legal.....	155
6.7	Titularidade	155
6.8	Características	158

6.9	Gerações dos direitos fundamentais	162
6.9.1	Direitos de primeira geração	162
6.9.2	Direitos de segunda geração.....	163
6.9.3	Direitos de terceira geração	164
6.9.4	Direitos de quarta geração.....	165
6.9.5	Direitos de quinta, sexta e sétima gerações.....	167
6.10	Distinção entre direitos e garantias fundamentais.....	168
6.11	Transubjetividade dos direitos fundamentais	169
6.12	Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais.....	169
6.13	O Supremo Tribunal Federal e a eficácia horizontal dos direitos fundamentais	171
6.14	A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek.....	172
6.15	Classificação das garantias fundamentais	172
6.16	Destinatários dos direitos e das garantias fundamentais	173
6.17	Mitigação dos direitos fundamentais.....	174
CAPÍTULO 7 – DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....		179
7.1	Introdução.....	179
7.2	Direitos e garantias fundamentais	179
7.2.1	Direito à vida.....	180
7.2.1.1	Direito de não ser morto	181
7.2.1.2	Direito a condições mínimas de vida/sobrevivência	187
7.2.1.3	Direito a um tratamento digno por parte do Estado.....	188
7.2.1.4	Proibição da tortura	190
7.3	Princípio da isonomia.....	191
7.3.1	Critério discriminatório	192
7.3.2	Princípio da igualdade entre homens e mulheres	194
7.3.3	Ações afirmativas	195
7.3.4	A igualdade de gênero (art. 5º, I, da CF).....	198
7.4	Direito à liberdade.....	200
7.4.1	Liberdade de pensamento	201
7.4.1.1	O discurso de ódio (<i>hate speech</i>) e o sistema jurídico brasileiro	203
7.4.1.2	Marcha da Maconha.....	203
7.4.1.3	Tatuagem e concurso público.....	204
7.4.2	Liberdade de consciência, crença e culto	204
7.4.2.1	Os crucifixos e as imagens	207
7.4.3	Assistência religiosa	207
7.4.4	Escusa de consciência	209
7.4.5	Liberdade de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	211

7.4.6	Liberdade de profissão	214
7.4.7	Direito de locomoção	215
7.4.8	Direito de reunião	217
7.4.8.1	Requisitos	219
7.4.9	Direito de associação	220
7.4.9.1	Proibição de intromissão estatal	222
7.4.9.2	Restrições à liberdade de associação	222
7.4.9.3	Representação dos associados	223
7.4.9.4	Extinção	223
7.5	Princípio da legalidade	224
7.5.1	Princípio da legalidade e da reserva legal	225
7.5.2	Irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i>	228
7.5.3	Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora	229
7.5.4	Demais referências ao princípio da legalidade	229
7.6	Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, honra e imagem	230
7.6.1	Honra	231
7.6.2	Imagem	231
7.6.3	Marco Civil – Lei n. 12.965/2014 e Proteção da Privacidade – Lei n. 13.709/2018	233
7.6.4	Intimidade e vida privada	235
7.6.5	Direito de resposta e responsabilidade por dano moral e material	237
7.7	Direito à informação e sigilo profissional	239
7.8	Inviolabilidade domiciliar	241
7.9	Sigilo de correspondência e de comunicação	244
7.9.1	Do sigilo de correspondência	244
7.9.2	Comunicação telegráfica	246
7.9.3	Sigilo de dados	247
7.9.4	Sigilo das comunicações telefônicas	248
7.10	Direito de propriedade	249
7.10.1	Função social da propriedade	250
7.10.1.1	Desapropriação	251
7.10.1.2	Impenhorabilidade	251
7.10.2	Propriedade intelectual	252
7.10.3	Propriedade industrial	253
7.10.4	Direitos hereditários	254
7.11	Direito de obter informações	255
7.12	Direito de petição e de certidão	257
7.12.1	Direito de petição	257

7.12.2	Direito à certidão	259
7.12.3	Princípio da publicidade dos atos processuais	259
7.13	Princípio da inafastabilidade da jurisdição	260
7.13.1	Vedação do tribunal de exceção	263
7.13.2	Princípio do juiz natural	264
7.13.3	Promotor natural	265
7.13.4	Tribunal Penal Internacional – TPI	265
7.13.5	Federalização dos crimes contra direitos humanos (art. 109, V-A e § 5º, da CF) – Incidente de deslocamento de competência – IDC	266
7.13.6	Publicização do processo	267
7.13.7	A constitucionalização do processo	268
7.14	Tribunal do júri	268
7.14.1	Histórico	269
7.14.2	Características	269
7.14.3	Premissas fundamentais	270
7.14.3.1	Plenitude de defesa	270
7.14.3.2	Sigilo das votações	270
7.14.3.3	Soberania dos veredictos	271
7.14.3.4	Competência constitucional do tribunal do Júri	271
7.14.3.5	Regras constitucionais sobre as penas (art. 5º, XLV a XLVIII)	272
7.14.3.6	A presunção de inocência (não culpabilidade) e o art. 5º, LVII, da CF. Análise da execução provisória e os recentes entendimentos....	274
7.15	Segurança jurídica	276
7.15.1	Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada	276
7.15.1.1	Direito adquirido	277
7.15.1.2	Ato jurídico perfeito	279
7.15.1.3	Coisa julgada	279
7.16	Das penas e seu tratamento constitucional	281
7.16.1	Delitos imprescritíveis e inafiançáveis	281
7.16.2	Princípio da personalidade ou intrascendência da pena	282
7.16.3	Princípio da individualização da pena	283
7.16.4	Vedação das penas de morte, perpétua, trabalhos forçados, banimento e cruéis	283
7.16.5	Da extradição	284
7.16.5.1	Procedimento	285
7.17	Disciplina constitucional da prisão e dos direitos do preso	286
7.18	Da prisão civil por dívida e o Pacto de São José	290
7.19	Princípio do devido processo legal	292
7.19.1	Princípio do contraditório e da ampla defesa	293

7.19.2	Princípio da vedação das provas ilícitas	294
7.19.3	Princípio do estado de inocência ou da não culpabilidade	296
7.20	Ação penal privada subsidiária da pública	297
7.21	Defesa do consumidor	298
7.21.1	O Código de Defesa do Consumidor	300
7.21.2	Relação de consumo.....	300
7.21.3	Consumidor.....	301
7.21.4	Conceito de fornecedor	302
7.21.5	Direitos	302
7.21.6	Responsabilidade	303
7.22	Direitos fundamentais e tratados internacionais.....	304
7.23	Tratados internacionais sobre direitos humanos	304
7.24	O Brasil ante o Tribunal Penal Internacional	305
CAPÍTULO 8 – TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES.....		307
8.1	<i>Habeas Corpus</i>	307
8.1.1	Natureza jurídica	308
8.1.2	Cabimento.....	308
8.1.3	Espécies	310
8.1.4	Legitimidade.....	310
8.1.5	O leigo pode fazer sustentação oral em <i>habeas corpus</i> nos tribunais?	311
8.1.6	Competência.....	312
8.2	Mandado de segurança.....	313
8.2.1	Cabimento.....	314
8.2.2	Prazo	315
8.2.3	Partes	315
8.2.4	Sustentação oral nos casos de competência originária dos tribunais	317
8.2.5	Competência.....	318
8.2.6	Medida liminar e exigência de caução, fiança ou depósito	318
8.2.7	Sentença e recurso	319
8.3	Mandado de segurança coletivo	319
8.3.1	Organização sindical, partido político, entidade de classe ou associação	320
8.4	Mandado de injunção	321
8.4.1	Cabimento.....	321
8.4.2	Legitimidade.....	322
8.4.3	Competência.....	323
8.4.4	Procedimento	323
8.4.5	Efeitos	324

8.5	<i>Habeas data</i>	326
8.5.1	Procedimento	327
8.5.2	Cabimento	327
8.5.3	Legitimidade ativa e passiva	328
8.5.4	Interesse de agir	328
8.5.5	Competência	328
8.6	Ação popular	329
8.6.1	Cabimento de tutela preventiva	332
8.7	Gratuidade na prestação da assistência jurídica	333
8.8	Erro judiciário	334
8.9	Gratuidade das certidões e das ações de <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	335
8.10	Árvore jurídica	338
CAPÍTULO 9 – DIREITOS SOCIAIS		339
9.1	Conceito e finalidade	339
9.2	Abrangência	340
9.2.1	A Emenda Constitucional n. 114/2021	341
9.3	Cláusula da reserva do possível e princípio da vedação do retrocesso	342
9.3.1	Cláusula da reserva do possível	342
9.3.2	Princípio da proibição do retrocesso	343
9.4	Direitos sociais dos trabalhadores	345
9.4.1	Proteção da relação de emprego	346
9.4.2	Seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário	348
9.4.3	Salário	349
9.4.4	Princípio da irredutibilidade do salário	350
9.4.5	Participação nos lucros ou resultados	351
9.4.6	Salário-família	352
9.4.7	Jornada de trabalho	353
9.4.8	Férias	355
9.4.9	Condições de trabalho e proteção do trabalhador	355
9.4.10	Aposentadoria	356
9.4.10.1	Reforma da Previdência para os servidores públicos	358
9.4.11	Princípio do salário igual para o trabalho igual	361
9.4.12	Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos	361
9.4.13	Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso	361
9.4.14	Empregados domésticos	362

9.5	Liberdade sindical	362
9.6	Direito de greve.....	363
CAPÍTULO 10 – NACIONALIDADE.....		365
10.1	Conceito	365
10.2	Natureza jurídica	365
10.3	Brasileiro nato.....	365
10.3.1	Aquisição da nacionalidade originária brasileira	367
10.4	Brasileiro naturalizado	369
10.4.1	Naturalização ordinária	369
10.4.2	Naturalizações extraordinária, especial e provisória	371
10.4.3	Naturalização tácita ou grande naturalização	372
10.5	Diferenças de tratamento entre brasileiro nato e naturalizado	372
10.5.1	Cargos privativos de brasileiros natos	372
10.5.2	Conselho da República	373
10.5.3	A participação do brasileiro naturalizado e do estrangeiro na empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	373
10.5.4	Possibilidade de extradição	374
10.6	Perda da nacionalidade.....	375
10.7	Polipátridas e apátridas.....	376
10.8	Condição jurídica do estrangeiro em solo brasileiro.....	377
10.8.1	Do ingresso e locomoção do estrangeiro em território brasileiro.....	377
10.8.2	Limitações constitucionais ao capital estrangeiro	377
10.8.3	Extradição	378
10.8.4	Expulsão	380
10.8.5	Deportação.....	381
10.8.6	Asilo político.....	381
CAPÍTULO 11 – DIREITOS POLÍTICOS		383
11.1	Conceito	383
11.2	Regime de governo.....	383
11.2.1	Espécies de regimes democráticos.....	384
11.3	Cidadania	385
11.3.1	Direito político ativo	385
11.3.2	Direito político passivo	387
11.3.3	Direitos políticos negativos	388
11.4	Soberania popular	389
11.4.1	Sufrágio	390

11.4.2	Voto.....	390
11.4.3	Plebiscito	391
11.4.4	Referendo	391
11.4.5	Iniciativa popular	392
11.5	Privação dos direitos políticos	393
11.5.1	Perda dos direitos políticos.....	393
11.5.2	Suspensão dos direitos políticos	394
11.6	Inelegibilidade	395
11.6.1	Inelegibilidade absoluta (art. 14, § 4º, da CF)	395
11.6.2	Inelegibilidade relativa.....	396
11.6.3	Hipóteses legais de inelegibilidade	399
11.6.4	Inelegibilidade e a Lei Complementar n. 135 – “Lei da Ficha Limpa”	400
11.7	Militares.....	403
CAPÍTULO 12 – DOS PARTIDOS POLÍTICOS		405
12.1	Conceito e natureza jurídica	405
12.2	Breves apontamentos às inovações da lei dos partidos políticos	405
12.2.1	Aspectos da Emenda Constitucional n. 111/2021 para plebiscito e referendo...	407
12.3	Princípios partidários	407
12.4	Registro.....	408
12.5	Liberdade partidária	410
12.5.1	Vedações.....	410
12.6	Autonomia partidária	410
12.7	Fidelidade partidária.....	412
12.7.1	A janela partidária constitucional e a legal – A EC n. 91/2016 e a minirreforma eleitoral	415
12.8	Verticalização das coligações	416
12.9	A EC n. 97/2017: alteração da Constituição Federal e a vedação das coligações partidárias nas eleições proporcionais.....	416
12.10	Recursos do fundo partidário e do fundo especial de financiamento de campanha	417
12.10.1	Inclusão dos §§ 6º e 7º ao art. 17 da Constituição pela Emenda Constitucional n. 117/2022 e as regras para as candidaturas femininas	420
12.11	Acesso gratuito ao rádio e à televisão, cláusula de barreira e direito de antena.....	421
12.12	Prerrogativas dos partidos políticos	423
CAPÍTULO 13 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....		425
13.1	Introdução.....	425
13.2	Conceito	425

13.3	Notas históricas	426
13.4	Objeto	428
13.5	Espécies de inconstitucionalidade.....	432
13.5.1	Inconstitucionalidade por ação	432
13.5.2	Inconstitucionalidade por omissão	432
13.5.3	Inconstitucionalidade formal.....	434
13.5.3.1	Inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar	435
13.5.4	Inconstitucionalidade material.....	436
13.5.5	Inconstitucionalidade consequencial, derivada, por arrastamento ou por atração ou por reverberação normativa	436
13.5.6	Inconstitucionalidade superveniente.....	437
13.5.7	Inconstitucionalidade circunstancial.....	438
13.5.8	O estado de coisas inconstitucional.....	439
13.6	Quanto ao órgão que realiza o controle.....	439
13.6.1	Do controle político	439
13.6.2	Do controle judicial ou jurisdicional.....	440
13.6.3	Controle híbrido.....	440
13.6.4	Exceções à regra geral do controle jurisdicional posterior ou repressivo.....	441
13.6.5	Controle posterior ou repressivo exercido pelo Executivo	441
13.6.6	A impossibilidade de controle pelos órgãos administrativos autônomos de controle (TCU, CNJ e CNMP)	442
13.7	Quanto ao momento da realização.....	442
13.7.1	Controle preventivo	443
13.7.1.1	Controle realizado pelo Poder Legislativo	443
13.7.1.2	Controle exercido pelo Poder Executivo.....	443
13.7.1.3	Controle exercido pelo Poder Judiciário.....	443
13.7.2	Do controle repressivo	445
13.7.2.1	Controle repressivo típico.....	445
13.7.2.2	Controle repressivo atípico.....	446
13.8	Quanto ao sistema de controle	446
13.9	Bloco de constitucionalidade.....	448
13.10	Controle de convencionalidade	450
CAPÍTULO 14 – CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE.....		451
14.1	Conceito e noções gerais.....	451
14.2	Cláusula de reserva de plenário	452
14.3	Procedimento da arguição incidental nos tribunais.....	454
14.4	Arguição incidental no supremo tribunal federal.....	455

14.5	Os efeitos da decisão no controle difuso	456
14.6	O controle da constitucionalidade em ação civil pública	462
14.7	O papel do senado federal no controle difuso de constitucionalidade (art. 52, X, da CF)	463
CAPÍTULO 15 – CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE.....		465
15.1	Conceito	465
15.2	Meios de fiscalização.....	465
15.3	Características	465
15.4	Objeto.....	465
15.4.1	Leis e atos normativos sujeitos ao controle	466
15.5	Ação direta de inconstitucionalidade (art. 102, I, a, da CF).....	471
15.5.1	Princípios	471
15.5.2	Competência e finalidade.....	472
15.5.2.1	Lei ou ato normativo federal ou estadual em face da CF	472
15.5.2.2	Lei ou ato normativo federal/estadual que contrariar a CF → STF	472
15.5.2.3	Lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da CE	473
15.5.2.4	Lei ou ato normativo municipal em face da CF	473
15.5.2.5	Lei ou ato normativo distrital em face da CF/88	474
15.5.2.6	Lei ou ato normativo distrital em face da Lei Orgânica Distrital....	474
15.5.2.7	Lei municipal em face da Lei Orgânica do Município	475
15.5.3	Objeto	475
15.5.4	Teoria da inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “atração”, ou “inconstitucionalidade consequente de preceitos não impugnados”, ou inconstitucionalidade consequencial, ou inconstitucionalidade consequente ou derivada, ou “inconstitucionalidade por reverberação normativa”	476
15.5.5	Lei “ainda constitucional”, ou “inconstitucionalidade progressiva”, ou “declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para a inconstitucionalidade” ...	477
15.5.6	Inconstitucionalidade circunstancial.....	479
15.5.7	O efeito vinculante para o Legislativo. O fenômeno da “fossilização da Constituição”. Possibilidade de reversão legislativa da jurisprudência da Corte. A denominada “mutação constitucional pela via legislativa”	479
15.5.8	Proibição do atalhamento constitucional e do desvio de poder constituinte....	480
15.5.9	Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada”	480
15.5.10	Início da eficácia da decisão que reconhece a inconstitucionalidade ou a constitucionalidade de lei em processo objetivo de controle abstrato	480
15.6	Legitimidade ativa e passiva	481
15.6.1	Algumas importantes observações.....	483
15.7	Processo e julgamento da ADI.....	485

15.8	Natureza jurídica da intervenção do <i>amicus curiae</i> no controle concentrado de constitucionalidade.....	489
15.9	Medida Cautelar	491
15.10	Decisão da ADI e seus efeitos.....	493
15.10.1	O efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade.....	496
15.11	Da reclamação constitucional (art. 102, I, <i>l</i> , da CF)	498
15.12	ADI no Tribunal de Justiça (art. 125, § 2º, da CF)	499
15.12.1	Competência.....	499
15.12.2	Objeto	500
15.12.3	Competência.....	500
15.12.4	Legitimidade	500
15.13	Regras do art. 125, § 2º, da CF	501
15.13.1	Normas de reprodução obrigatória ou compulsória da CF na CE	501
15.14	Recurso extraordinário no controle concentrado e em abstrato estadual.....	503
15.15	“ <i>Simultaneus processus</i> ”	503
15.16	Controle normativo abstrato no TJ do Distrito Federal.....	504
15.17	A ação de inconstitucionalidade por omissão.....	505
15.17.1	Legitimidade	505
15.18	Ação declaratória de constitucionalidade (art. 102, I, <i>a</i> , da CF).....	508
15.19	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	510
15.19.1	Generalidades	510
15.19.2	Representação interventiva federal (ADI interventiva federal)	511
15.19.3	Competência.....	511
15.19.4	Legitimidade ativa	511
15.19.5	Objeto	512
15.19.6	Processo e julgamento.....	512
15.19.7	Representação interventiva estadual (ADI interventiva estadual).....	514
15.20	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	514
15.20.1	Generalidades	514
15.20.2	O que devemos entender por “preceito fundamental”?.....	514
15.20.3	Qual a abrangência do termo “ato do Poder Público”?	515
15.20.4	Atos normativos anteriores à Constituição.....	515
15.20.5	Objeto – hipóteses de cabimento (ADPF)	516
15.20.6	Legitimidade ativa e passiva	516
15.20.7	Procedimento e julgamento	517
CAPÍTULO 16 – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO		519
16.1	Conceito	519

16.2	Estado unitário	519
16.2.1	Estado unitário puro	520
16.2.2	Estado unitário descentralizado administrativamente	520
16.2.3	Estado unitário descentralizado administrativa e politicamente.....	521
16.3	Federação	521
16.3.1	Conceito	521
16.3.2	Autonomia federativa	521
16.3.3	Notas históricas	522
16.3.4	Federalismo no Brasil.....	522
16.3.5	Tipologias do federalismo	524
16.3.6	Características das federações.....	525
16.3.7	A EC n. 87/2015 em relação ao ICMS no contexto dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	525
16.3.8	Repartição de competências.....	526
16.3.8.1	Emenda n. 108/2020 e abordagem dos critérios de distribuição/ repasse da cota municipal do ICMS.....	528
16.4	Classificação das competências	529
16.4.1	Competência administrativa (material ou não legislativa).....	529
16.4.2	Competência legislativa.....	530
16.4.3	Competências dos Estados	533
16.4.4	Competências do Distrito Federal.....	533
16.4.5	Competências dos Municípios.....	533
	CAPÍTULO 17 – ENTES FEDERATIVOS	535
17.1	Noções gerais	535
17.2	União	536
17.2.1	Conceito	536
17.2.2	Bens da União	536
17.2.3	Brasília	537
17.2.4	Competência da União	537
17.3	Estado Membro	538
17.3.1	Autonomia	538
17.3.2	Características	538
17.3.3	Bens do Estado Membro.....	539
17.3.4	Formação dos Estados Membros.....	539
17.3.4.1	Procedimento	539
17.3.4.2	Modalidades.....	540
17.3.5	Competências do Estado Membro	540

17.3.6	Competência para criar regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.....	540
17.3.6.1	“Estatuto da Metrópole” – Lei n. 13.089/2015	541
17.4	Distrito federal.....	542
17.4.1	Características	542
17.4.2	Competência distrital	542
17.5	Municípios	543
17.5.1	Características	544
17.5.2	Formação dos Municípios	544
17.5.3	Procedimento	545
17.6	Territórios	545
17.6.1	Criação	546
CAPÍTULO 18 – INTERVENÇÃO.....		549
18.1	Conceito e finalidade	549
18.2	Intervenção estadual e municipal.....	550
18.3	Natureza da intervenção.....	550
18.4	Princípios da intervenção.....	551
18.5	Intervenção federal	551
18.5.1	Modos de intervenção.....	551
18.5.2	Limites da intervenção federal.....	552
18.5.3	Pressupostos materiais.....	552
18.5.4	Processo de intervenção	556
18.6	Intervenção dos estados nos municípios	558
18.6.1	Processo de intervenção	559
18.6.2	Interventor	560
CAPÍTULO 19 – PODERES DO ESTADO.....		561
19.1	Noções gerais	561
19.2	Interpenetração dos poderes.....	562
19.3	Árvore jurídica	564
CAPÍTULO 20 – PODER LEGISLATIVO		565
20.1	Poder Legislativo Federal	566
20.1.1	Os direitos de fiscalização do Poder Legislativo.....	566
20.2	Congresso Nacional	567
20.2.1	Atribuições do Congresso Nacional.....	569
20.3	Câmara dos Deputados.....	570

20.4	Senado Federal.....	570
20.4.1	Sistema proporcional e majoritário	571
20.5	Poder Legislativo Estadual	573
20.5.1	Alteração pela Emenda Constitucional n. 111/2021	573
20.6	Poder Legislativo Municipal	574
20.7	Poder Legislativo Distrital e dos Territórios Federais.....	576
20.8	Comissões Parlamentares.....	576
20.8.1	Competência originária do STF.....	576
20.8.2	A regra da prejudicialidade e a CPI	577
20.8.3	Comissões permanentes.....	577
20.8.4	Comissões especiais ou temporárias	578
20.8.5	Direito público subjetivo das minorias	579
20.9	Comissões Parlamentares de Inquérito	579
20.9.1	Criação	579
20.9.2	Poderes	580
20.9.3	Testemunhas e diligências	582
20.9.4	Poderes cautelares	583
20.9.5	Prisão realizada em CPI.....	584
20.9.6	Controle.....	584
20.9.7	Término	585
20.9.8	Comissão representativa.....	585
20.10	Imunidades parlamentares.....	586
20.10.1	Introdução.....	586
20.10.2	As imunidades parlamentares e a possibilidade de renúncia	587
20.10.3	Imunidade material.....	588
20.10.4	Imunidade formal	589
20.10.4.1	Imunidade quanto à prisão.....	589
20.10.4.2	Imunidade quanto ao processo criminal	590
20.11	Prerrogativa de foro de julgamento	595
20.12	Incompatibilidades	598
20.13	Perda do mandato do deputado ou senador	599
20.13.1	Renúncia do mandato parlamentar.....	602
20.13.2	Afastamento do parlamentar sem perda do mandato	602
20.14	Tribunais de Contas	603
20.14.1	Tribunal de Contas da União e dos Estados.....	604
20.14.2	As contas municipais.....	606
20.14.3	O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União	608

CAPÍTULO 21 – PROCESSO LEGISLATIVO	611
21.1 Conceito	611
21.2 Classificação	611
21.3 Quanto ao rito	612
21.4 Processo Legislativo	612
21.4.1 Fase: iniciativa.....	612
21.4.1.1 Iniciativa geral, comum ou concorrente	612
21.4.1.2 Iniciativa exclusiva, “privativa” ou reservada	613
21.4.1.3 Iniciativa exclusiva do Presidente da República.....	614
21.4.1.4 Iniciativa do STF.....	615
21.4.1.5 Iniciativa exclusiva da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	615
21.4.1.6 Iniciativa popular	615
21.4.1.7 Iniciativa conjuntiva.....	616
21.4.2 Fase: constitutiva	616
21.4.2.1 Deliberação parlamentar	616
21.4.2.2 Deliberação executiva	618
21.4.2.3 Veto	619
21.4.3 Fase: complementar	619
21.4.4 “ <i>Vacatio legis</i> ”.....	620
21.5 Procedimento Legislativo.....	620
21.5.1 Procedimento legislativo ordinário.....	621
21.5.2 Procedimento legislativo sumário.....	621
21.5.3 Procedimento legislativo especial.....	621
21.6 Espécies Normativas	621
21.6.1 Emendas constitucionais.....	622
21.6.1.1 Limites explícitos.....	622
21.6.1.2 Limites materiais	622
21.6.1.3 Limites circunstanciais	627
21.6.1.4 Limites procedimentais ou formais	627
21.6.1.5 Limites temporais.....	628
21.6.1.6 Limites implícitos	629
21.6.2 Leis complementares.....	629
21.6.3 Leis ordinárias.....	629
21.6.3.1 Distinção entre lei ordinária e lei complementar	629
21.6.3.2 Hierarquia entre lei complementar e lei ordinária.....	630
21.6.4 Lei delegada.....	630
21.6.4.1 Limitação material	631

21.6.4.2	Controle.....	631
21.6.4.3	Prazo para edição.....	631
21.6.5	Medidas provisórias.....	632
21.6.5.1	Conceito	632
21.6.5.2	Processo de criação das medidas provisórias segundo a EC n. 32/2001	632
21.6.5.2.1	Pressupostos formais	632
21.6.5.2.2	Limitações materiais	633
21.6.5.2.3	Trâmites no Congresso Nacional.....	633
21.6.5.2.4	Quadro conceitual.....	635
21.6.5.3	Prazo de duração da medida provisória.....	636
21.6.5.4	Perda da eficácia	636
21.6.5.5	Efeitos da medida provisória sobre o ordenamento jurídico	636
21.6.6	Decreto legislativo.....	637
21.6.7	Resoluções.....	637
CAPÍTULO 22 – PODER EXECUTIVO		639
22.1	Noções introdutórias	639
22.2	Presidente da república.....	640
22.2.1	Atribuições do Presidente da República	640
22.2.2	Os crimes de responsabilidade.....	642
22.2.3	Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade	643
22.2.4	Crimes comuns.....	646
22.2.5	Processo por crime comum.....	646
22.2.6	Imunidade do Presidente da República	647
22.3	Vice-presidente da República	648
22.4	Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República.....	648
22.4.1	Vacância da Presidência da República	650
22.4.2	Substitutos e sucessores	650
22.4.3	Vacância definitiva	651
22.5	Perda do mandato eletivo	651
22.6	Subsídio	652
22.7	Crime cometido pelos governadores	652
22.8	Crime Cometido Pelos Prefeitos.....	654
22.9	Órgãos auxiliares do Presidente da República	655
22.9.1	Ministros de Estado.....	655
22.9.2	Conselho da República	656
22.9.3	Conselho de Defesa Nacional.....	657

CAPÍTULO 23 – PODER JUDICIÁRIO	659
23.1 Noções introdutórias	659
23.2 O estatuto da magistratura	659
23.3 Princípios institucionais	659
23.3.1 Ingresso na carreira mediante concurso público de provas e títulos.....	660
23.3.2 As promoções na carreira: os critérios da antiguidade e do merecimento	660
23.3.2.1 O acesso aos tribunais de segundo grau	661
23.3.3 Previsão de cursos oficiais para vitaliciamento e promoção.....	661
23.3.4 O subsídio dos magistrados	662
23.3.5 Aposentadoria	662
23.3.6 Residência obrigatória na comarca	663
23.3.7 Remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público.....	663
23.3.8 Fundamentação e publicidade dos julgamentos	664
23.3.9 Motivação das decisões administrativas	664
23.3.10 Constituição de órgão especial nos tribunais	665
23.3.11 Princípio da ininterruptibilidade da jurisdição	665
23.3.11.1 Proporcionalidade entre o número de juízes e a demanda efetiva .	665
23.3.11.2 Distribuição imediata de processos em todos os graus de jurisdição	665
23.4 A regra do Quinto Constitucional.....	665
23.4.1 A regra do quinto constitucional e a possibilidade de devolução das listas sêxtuplas	666
23.4.2 Possibilidade de complementação da lista sêxtupla com membros do Ministério Público que ainda não tenham completado dez anos na carreira e a técnica do pensamento constitucional do possível	667
23.5 As garantias da magistratura	668
23.5.1 A vitaliciedade	669
23.5.2 A inamovibilidade	669
23.5.3 A irredutibilidade dos subsídios	670
23.5.4 Limitações impostas aos magistrados	670
23.6 Das garantias do Poder Judiciário	672
23.6.1 A autonomia administrativa do Poder Judiciário	672
23.6.2 A autonomia financeira do Poder Judiciário	672
23.7 Estrutura do Poder Judiciário	673
23.7.1 Organograma dos órgãos jurisdicionais	673
23.8 O Supremo Tribunal Federal.....	674
23.8.1 Composição	675
23.8.2 Competência originária.....	675

23.8.3	A EC n. 45/2004 e a supressão de competência originária do STF.....	682
23.8.4	O <i>habeas corpus</i> no STF e a possibilidade de julgamento monocrático pelo relator.....	682
23.8.5	Competência para o julgamento de recurso ordinário.....	683
23.8.6	Competência para o julgamento de recurso extraordinário.....	684
23.8.7	Súmula vinculante.....	687
23.8.8	Requisitos.....	688
23.8.9	Reclamação.....	689
23.8.10	Súmula vinculante e a Lei n. 11.417/2006.....	690
23.8.10.1	Procedimento direto.....	690
23.8.10.2	Procedimento incidental.....	691
23.8.10.3	Revisão e cancelamento.....	691
23.9	O Conselho Nacional de Justiça.....	691
23.9.1	Composição.....	692
23.9.2	Constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça.....	694
23.9.3	Competência.....	695
23.10	O Superior Tribunal de Justiça.....	696
23.10.1	Composição.....	696
23.10.2	Competência.....	696
23.10.2.1	Competência originária.....	697
23.10.2.2	Competência recursal.....	698
23.10.2.3	Competência para julgamento de recurso ordinário.....	698
23.10.2.4	Competência para julgamento de recurso especial.....	698
23.11	Justiças Comum e Especial.....	699
23.11.1	Justiça Federal.....	699
23.11.1.1	Os tribunais Regionais Federais.....	700
23.11.1.1.1	Composição.....	700
23.11.1.1.2	Competência.....	700
23.11.1.1.3	Competência originária.....	701
23.11.1.2	Juizes federais.....	701
23.11.2	Incidente de deslocamento de competência.....	703
23.11.3	Justiça do Trabalho.....	703
23.11.3.1	Tribunal Superior do Trabalho.....	704
23.11.3.1.1	Composição.....	704
23.11.3.1.2	Competência.....	704
23.11.3.2	Tribunais Regionais do trabalho.....	704
23.11.3.2.1	Composição.....	704
23.11.3.2.2	Competência.....	704

23.11.3.2.3	Os juízes do trabalho.....	705
23.11.3.2.4	Competência.....	705
23.11.3.2.5	Acidente do trabalho.....	705
23.11.4	Justiça Eleitoral.....	706
23.11.4.1	O Tribunal Superior Eleitoral.....	706
23.11.4.2	Os tribunais Regionais Eleitorais.....	706
23.11.4.3	Juízes eleitorais e juntas eleitorais.....	707
23.11.5	Justiça Militar.....	707
23.11.5.1	Superior Tribunal Militar.....	707
23.11.5.2	Justiça Militar da União.....	708
23.11.5.3	Justiça Militar Estadual.....	708
23.11.6	A Justiça Comum Estadual.....	709
23.11.6.1	Juizados especiais.....	709
23.11.6.2	A Justiça de Paz.....	710
23.11.6.2.1	Juízes de paz e o Poder Judiciário.....	710
23.11.6.2.2	Quanto ao processo eleitoral.....	711
23.11.7	Dos precatórios (art. 100 da CF).....	711
23.11.7.1	As alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais n. 113 e 114/2021.....	711
23.11.7.2	Modalidades de precatórios.....	718
23.11.7.3	Não necessidade de expedição de precatórios.....	719
23.11.7.4	Compensação não automática ou não instantânea.....	719
23.11.7.5	Compra de imóveis públicos.....	720
23.11.7.6	O pagamento parcelado.....	720
CAPÍTULO 24 – AS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....		723
24.1	Do Ministério Público.....	723
24.1.1	Noções gerais.....	723
24.1.2	Natureza jurídica do Ministério Público.....	725
24.1.3	Legislação aplicável.....	725
24.1.4	Garantias institucionais.....	728
24.1.4.1	Garantias e vedações.....	728
24.1.4.2	Autonomia funcional e administrativa.....	729
24.1.4.3	Autonomia financeira.....	731
24.1.5	Ministério Público: instituição essencial à função jurisdicional do Estado.....	732
24.1.6	Princípios norteadores.....	733
24.1.6.1	Princípios institucionais.....	733
24.1.6.1.1	Unidade.....	733

	24.1.6.1.2	Indivisibilidade.....	734
	24.1.6.1.3	Independência funcional.....	734
	24.1.6.2	Princípio do promotor natural.....	735
	24.1.6.3	Princípio da irrecusabilidade.....	736
	24.1.6.4	Princípio da irresponsabilidade.....	737
	24.1.6.5	Princípio do livre exercício da ação penal.....	737
	24.1.6.6	Quadro conceitual.....	738
24.1.7		Funções institucionais do Ministério Público.....	738
	24.1.7.1	Poder de investigação.....	740
	24.1.7.1.1	PEC n. 5/2021 ► Proposta de Emenda Constitucional que visa alterar a composição do CNMP.....	741
24.1.8		Conselho Nacional do Ministério Público.....	742
	24.1.8.1	Da estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público.....	742
24.1.9		Ministério Público: o quarto poder.....	743
24.2		Advocacia.....	746
	24.2.1	Advocacia-Geral da União.....	746
	24.2.2	Procuradoria-Geral dos Estados e Distrito Federal.....	746
	24.2.3	Advocacia privada.....	746
	24.2.3.1	Princípio da indispensabilidade do advogado.....	748
	24.2.3.2	Princípio da inviolabilidade do advogado.....	748
	24.2.4	Defensoria Pública.....	749
CAPÍTULO 25 – DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....			751
25.1		Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio.....	751
	25.1.1	Estado de Defesa.....	752
	25.1.2	Estado de Sítio.....	753
25.2		Das Forças Armadas.....	754
25.3		Da Segurança Pública.....	756
CAPÍTULO 26 – DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....			759
26.1		Liberalismo.....	759
26.2		Fundamentos.....	760
26.3		Princípios da ordem econômica.....	761
26.4		Formas de atuação do estado.....	762
	26.4.1	Agente normativo e regulador.....	762
	26.4.2	Explorador de atividade econômica.....	763
	26.4.3	Prestador de serviços públicos.....	764

26.4.4	Monopólio.....	765
26.4.4.1	Alteração promovida pela Emenda Constitucional n. 102/2019 ...	765
CAPÍTULO 27 – DA POLÍTICA URBANA E DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....		767
27.1	Política urbana.....	767
27.1.1	Da usucapião <i>pro labore</i>	767
27.1.2	Da usucapião pró-moradia.....	768
27.1.3	A desapropriação-sanção do imóvel urbano (pagamento em títulos, e não em dinheiro) e a progressividade do IPTU	769
27.2	Propriedade.....	770
27.2.1	Reforma agrária.....	771
27.2.2	A colonização e as terras devolutas.....	773
27.2.3	Confisco	773
27.2.4	Requisição.....	774
27.2.5	Servidão administrativa.....	775
27.3	Do sistema financeiro nacional.....	775
CAPÍTULO 28 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL		777
28.1	Administração pública	777
28.1.1	Princípios	777
28.1.2	Investidura e suas espécies.....	781
28.1.3	Estabilidade dos servidores públicos.....	783
28.1.4	Vencimentos e subsídios.....	785
28.1.5	Responsabilidade civil do Estado	786
28.1.6	Teoria da reserva do possível.....	787
CAPÍTULO 29 – DA ORDEM SOCIAL		789
29.1	Seguridade social.....	789
29.1.1	Introdução.....	789
29.1.2	Breves notas históricas.....	790
29.1.3	Finalidade.....	790
29.1.4	Saúde.....	792
29.1.4.1	Ministério da Saúde.....	793
29.1.4.2	Sistema Único de Saúde	794
29.1.4.3	Princípios basilares do SUS	795
29.1.4.4	Lei de financiamento da saúde	795
29.1.5	Previdência social.....	796
29.1.5.1	Histórico.....	796
29.1.5.2	Finalidade e funcionamento.....	800
29.1.6	Assistência social.....	801

29.2	Educação, cultura e desporto	802
29.2.1	Educação	802
29.2.2	Cultura.....	806
29.2.3	Desporto.....	807
29.2.3.1	Justiça desportiva.....	807
29.3	Ciência e tecnologia	808
29.4	Comunicação social.....	808
29.5	Meio ambiente	809
29.5.1	Conceito	809
29.5.2	Responsabilidade por danos ao meio ambiente.....	809
29.5.3	Classificação.....	810
29.5.4	Patrimônio	810
29.5.5	Princípios constitucionais	810
29.5.6	Tombamento.....	811
29.5.6.1	IPHAN.....	812
29.6	Da família	812
29.7	Da tutela da criança, do adolescente e do idoso	814
29.7.1	Da criança e do adolescente.....	814
29.7.2	Do idoso	815
29.8	Dos índios	816
REFERÊNCIAS		819